

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentação: Em cumprimento às disposições legais, a Administração da Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. submete à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e as respectivas notas explicativas relativas ao exercício de 2024, bem como o Relatório dos Auditores Independentes.

Desempenho: No exercício findo em dezembro de 2024 a Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. apresentou um lucro líquido de R\$ 461.761 versus um lucro líquido de R\$ 483.297 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a variação no período reflete, principalmente, a redução de outras receitas operacionais. Conforme contrato social da Administradora Consórcio Nacional Honda Ltda., os

lucros terão a destinação que lhes for dado pelos sócios. A distribuição de lucros poderá ser feita sem obediência à participação dos sócios no capital próprio. Além da distribuição de lucros mencionada acima, a sociedade poderá ainda, a qualquer momento, declarar pagamento de juros sobre capital próprio, nos termos da legislação em vigor.

A sociedade por deliberação dos sócios, poderá levantar balanço intermediário e distribuir entre eles o lucro então apurado, assim como distribuir lucros acumulados. As informações relacionadas aos honorários dos nossos auditores independentes são disponibilizadas anualmente nas demonstrações financeiras da controladora Honda Motor Co., Ltd.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais)

ATIVO				PASSIVO			
	Nota Explicativa	2024	2023		Nota Explicativa	2024	2023
Circulante		853.002	815.670	Circulante		621.957	530.508
Caixa e Equivalente de Caixa		34.563	1.264	Provisões		13.981	24.267
Disponibilidades.....		195	81	Provisões para contingência.....	(12)	13.981	24.267
Depósitos bancários.....	(4)	195	81	Outras Obrigações		607.976	506.241
Títulos e Valores Mobiliários		34.368	1.183	Fiscais e previdenciárias.....		26.698	74.612
Títulos de renda fixa.....	(4)	34.368	1.183	Recursos a devolver - grupos encerrados	(11)	122.713	120.061
Instrumentos Financeiros		281.103	416.590	Rendas antecipadas.....	(13)	383.468	249.417
Títulos e Valores Mobiliários		281.103	416.590	Diversos.....	(14)	75.097	62.151
Títulos de renda fixa.....	(5)	281.103	416.590	Exigível a Longo Prazo		713.720	562.417
Outros Créditos		98.635	74.627	Passivo Fiscal Diferido		116.797	104.155
Rendas a receber.....	(6)	27.359	20.634	Passivo Fiscal Diferido.....	(15d)	116.797	104.155
Impostos a compensar.....		28.091	25.716	Provisões		27.224	31.157
Impostos a diferir.....	(7)	43.140	28.060	Provisões para contingências	(12)	27.224	31.157
Diversos.....		45	217	Outras Obrigações		569.699	427.105
Outros Valores e Bens		438.701	323.189	Rendas antecipadas.....	(13)	569.699	427.105
Despesas antecipadas.....	(8)	438.701	323.189	Patrimônio Líquido		2.082.001	1.620.240
Realizável a Longo Prazo		2.530.372	1.866.422	Capital social de domiciliados no país.....		4.600	4.600
Instrumentos Financeiros		1.695.747	1.156.832	Reserva Legal.....		920	920
Títulos e Valores Mobiliários		1.695.747	1.156.832	Lucros acumulados.....		2.076.481	1.614.720
Títulos de renda fixa.....	(5)	1.695.747	1.156.832				
Créditos Tributários		30.215	33.923				
Créditos tributários.....	(15c)	30.215	33.923				
Outros Créditos		64.788	100.122				
Depósitos judiciais.....		683	52.054				
Impostos a diferir.....	(7)	64.091	48.049				
Diversos.....		14	19				
Outros Valores e Bens		739.622	575.545				
Despesas antecipadas.....	(8)	739.622	575.545				
Permanente		34.304	31.073				
Imobilizado.....	(9)	4.665	4.794				
Intangível.....	(10)	29.639	26.279				
Total do Ativo		3.417.678	2.713.165	Total do Passivo		3.417.678	2.713.165

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de Lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	4.600	920	1.198.423	1.203.943
Lucro líquido do exercício.....	-	-	483.297	483.297
Distribuição de lucros.....	-	-	(67.000)	(67.000)
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	4.600	920	1.614.720	1.620.240
Lucro líquido do exercício.....	-	-	461.761	461.761
Distribuição de lucros.....	-	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	4.600	920	2.076.481	2.082.001
Saldos em 30 de Junho de 2024	4.600	920	1.821.888	1.827.408
Lucro líquido do semestre.....	-	-	254.593	254.593
Distribuição de lucros.....	-	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	4.600	920	2.076.481	2.082.001

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por quota do capital social)

	Nota Explicativa	2º Semestre 2024	2º Semestre 2023	Exercícios 2024	Exercícios 2023
Receita de Títulos e Valores Mobiliários		114.343	213.860	197.064	197.064
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários.....	(18)	114.343	213.860	197.064	197.064
Receitas de Prestação de Serviços		1.027.650	1.940.917	1.537.294	1.537.294
Rendas de taxa de administração de consórcios		1.027.650	1.940.917	1.537.294	1.537.294
Outras (Despesas)/Receitas Operacionais		(758.923)	(1.459.832)	(1.008.264)	(1.008.264)
Despesas administrativas.....	(20b)	(740.784)	(1.416.339)	(1.076.855)	(1.076.855)
Despesas com pessoal.....		(2.878)	(5.657)	(6.638)	(6.638)
Despesas tributárias.....	(19)	(123.703)	(234.049)	(225.970)	(225.970)
Outras despesas operacionais.....	(20d)	(13.204)	(29.395)	(30.458)	(30.458)
Outras receitas operacionais.....	(20c)	121.646	225.608	331.657	331.657
Resultado Operacional		383.070	694.945	726.094	726.094
Resultado não Operacional		912	3.129	3.511	3.511
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		383.982	698.074	729.605	729.605
Imposto de renda.....	(15a)	(83.009)	(161.728)	(146.082)	(146.082)
Contribuição social.....	(15a)	(29.890)	(58.235)	(52.601)	(52.601)
Impostos diferidos.....		(16.490)	(16.350)	(47.625)	(47.625)
Lucro Líquido do Semestre/Exercícios		254.593	461.761	483.297	483.297
Lucro Líquido por Quota - R\$		55,35	100,38	105,06	105,06

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais)

	2º Semestre 2024	2º Semestre 2023	Exercícios 2024	Exercícios 2023
Lucro antes dos Impostos do Semestre/Exercícios Ajustados	305.140	484.171	712.880	712.880
Resultado antes da tributação sobre o lucro	383.982	698.074	729.605	729.605
Depreciações e amortizações	4.326	8.596	8.698	8.698
Baixa de imobilizado/intangível de uso.....	201	457	873	873
Despesas com provisões contingentes	(16.239)	(14.219)	(98.349)	(98.349)
(Rendas) / despesas em títulos e valores mobiliários.....	(4.755)	(42.157)	(40.388)	(40.388)
Resultado diferido	(62.375)	(166.580)	112.441	112.441
Variação de Ativos e Obrigações	(380.017)	(438.589)	(700.951)	(700.951)
(Aumento) / redução em títulos e valores mobiliários.....	(294.442)	(361.271)	(330.495)	(330.495)
(Aumento) / redução em outros créditos.....	254.743	277.300	151.542	151.542
Imposto de renda e contribuição social pagos	(96.331)	(186.756)	(176.933)	(176.933)
(Aumento) / redução Imposto de renda retido na fonte...	(16.995)	(32.865)	(26.999)	(26.999)
Aumento / (redução) em outras obrigações	(404.987)	(629.787)	344.056	344.056
(Aumento) / redução em outros valores e bens.....	177.995	494.790	(662.122)	(662.122)
Atividades Operacionais	(74.877)	45.582	11.931	11.931
Aquisição de imobilizado de uso.....	(777)	(1.434)	(2.100)	(2.100)
Aplicação de intangível de uso.....	(5.981)	(10.849)	(10.309)	(10.309)
Atividades de Investimentos	(6.758)	(12.283)	(12.410)	(12.410)
Distribuição de Lucros.....	-	-	(67.000)	(67.000)
Atividades de Financiamentos	-	-	(67.000)	(67.000)
Aumento / (Redução) Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa	(81.635)	33.299	(67.479)	(67.479)
Saldo de caixa e equivalentes no início do período	116.198	1.264	68.743	68.743
Saldo de caixa e equivalentes no final do período	34.563	34.563	1.264	1.264
Aumento / (Redução) Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa	(81.635)	33.299	(67.479)	(67.479)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

	2º Semestre	Exercícios	
	2024	2024	2023
Lucro do semestre/exercícios.....	254.593	461.761	483.297
Resultado abrangente total	254.593	461.761	483.297

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

ATIVO				PASSIVO			
	Notas Explicativas	2024	2023		Notas Explicativas	2024	2023
Circulante.....		8.403.588	7.061.650	Circulante.....		8.403.588	7.061.650
Disponibilidades.....		10.145	4.609	Outras obrigações.....		8.403.588	7.061.650
Aplicações financeiras.....	20.a	3.234.761	2.551.420	Obrigações com consorciados.....	3.ii.III	4.101.829	3.326.914
Outros créditos.....		5.158.682	4.505.621	Valores a repassar.....	3.ii.III	250.221	212.209
Direito junto a consorciado contemplado.....	3.ii.II	5.158.682	4.505.621	Obrigações por contemplação a entregar.....	3.ii.III	2.161.149	1.964.083
Compensação.....		41.276.879	34.410.300	Obrigações com a Administradora.....	3.ii.III	60	23
Previsão mensal de recursos a receber				Recursos a devolver aos consorciados desligados.....	3.ii.III	1.184.792	1.015.560
de consorciados.....	3.ii.IV	716.722	599.675	Recursos do grupo.....	3.ii.III	705.537	542.861
Contribuições devidas ao grupo.....	3.ii.V	21.333.984	18.005.222	Compensação.....		41.276.879	34.410.300
Valor dos bens ou serviços a contemplar.....	3.ii.V	19.226.173	15.805.403	Recursos mensais a receber de consorciados.....	3.ii.IV	716.722	599.675
Total Geral do Ativo.....		49.680.467	41.471.950	Obrigações dos grupos por contribuições.....	3.ii.V	19.226.173	15.805.403
				Bens ou serviços a contemplar - valor.....	3.ii.V	19.226.173	15.805.403
				Total Geral do Passivo.....		49.680.467	41.471.950

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

	Notas Explicativas	2º Semestre	Exercícios	
		2024	2024	2023
Disponibilidades no Início dos Semestres.....		2.634.667	2.556.029	2.438.283
Disponibilidades.....		920	4.609	457
Aplicações financeiras dos grupos.....		943.314	587.337	489.861
Aplicações financeiras vinculadas à contemplação.....		1.690.433	1.964.083	1.947.965
Recursos Coletados.....	3.ii.VI	6.414.088	12.208.474	10.309.975
Contribuições para aquisição de bens.....		4.589.747	8.713.155	7.295.195
Taxa de administração.....		1.133.570	2.141.444	1.811.278
Contribuição ao fundo de reserva.....		237.751	448.500	362.119
Rendimentos de aplicações financeiras.....		126.460	246.676	260.173
Multas e juros moratórios.....		13.210	26.438	23.751
Prêmios de seguros.....		236.980	451.644	392.454
Outros.....		76.370	180.617	165.005
Recursos Utilizados.....	3.ii.VI	(5.803.849)	(11.519.597)	(10.192.229)
Aquisição de bens.....		(3.900.554)	(7.884.672)	(7.089.396)
Taxa de administração.....		(1.133.570)	(2.141.444)	(1.811.278)
Multas e juros moratórios.....		(6.608)	(13.226)	(11.882)
Prêmios de seguros.....		(229.197)	(443.781)	(387.592)
Devolução a consorciados desligados.....		(198.318)	(400.281)	(398.713)
Outros.....		(335.602)	(636.193)	(493.368)
Disponibilidades no Final dos Semestres.....		3.244.906	3.244.906	2.556.029
Disponibilidades.....		10.145	10.145	4.609
Aplicações financeiras dos grupos.....	20.a	1.073.612	1.073.612	587.337
Aplicações financeiras vinculadas à contemplação.....	20.a	2.161.149	2.161.149	1.964.083

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)**1. Contexto operacional**

A Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. ("Administradora"), tem como objetivo social a constituição e administração de grupos de consórcio. Iniciou suas atividades em 1981, administrando grupos para aquisição de bens e produtos da marca Honda.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e para elaboração das demonstrações financeiras emanam das disposições da Legislação Societária nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, levando em consideração as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil – BACEN até o momento e dos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC aprovados pelo BACEN.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 24 de fevereiro de 2025.

3. Principais práticas contábeis da administradora e dos grupos de consórcio**(i) Da administradora****I. Resultado das operações**

A receita de taxa de administração devida pelos participantes dos grupos de consórcio bem como a despesa de comissão decorrente de comercialização de cotas por terceiros, é apropriada ao resultado de acordo com o princípio da competência, refletindo a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca do serviço prestado, conforme disposições da Resolução BCB nº 120, de 27 de julho de 2021, sendo que as despesas pagas e receitas recebidas antecipadamente são diferidas no resultado ao longo do prazo do contrato.

II. Estimativas contábeis

Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas contábeis incluem o ativo fiscal diferido e a provisão para contingências. As liquidações das transações envolvendo essas estimativas poderão resultar em valores diferentes dos estimados. A Administradora revisa as estimativas e premissas mensalmente.

III. Ativo circulante e realizável a longo prazo**a. Créditos tributários**

Os créditos tributários são registrados pelo valor provável de realização, considerando o histórico de rentabilidade da entidade e expectativas de resultados futuros, e referem-se, principalmente, a diferenças temporárias no cálculo de imposto de renda e contribuição social. Os créditos tributários foram constituídos seguindo a mesma premissa adotada na apuração do imposto de renda e contribuição social, conforme Item VI. - "Passivos circulante e exigível a longo prazo", a seguir. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e reversão das respectivas provisões sobre os quais foram constituídos.

b. Ativos contingentes

A Administradora não reconhece ativos contingentes, exceto quando há decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado e que não caiba mais recurso. A Administradora não possui ativos contingentes reconhecidos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

c. Outros ativos

São demonstrados pelos valores de custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base "pro rata" dia) auferidos e, quando aplicável, ajustados aos valores de mercado ou de realização.

IV. Permanente

Demonstrado ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos:

- Depreciação de bens, calculada pelo método linear à taxa de 10% ao ano para móveis e utensílios e instalações e taxa de 20% ao ano equipamentos de informática, que contemplam a vida útil e econômica dos bens;
- Intangível representado por *software*, com vida útil definida e cuja utilização trará benefício econômico futuro e é amortizado pelo método linear à taxa de 20% ao ano.

V. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

É reconhecida a perda por *impairment* se o valor contábil de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do exercício.

VI. Passivos circulante e exigível a longo prazo**d. Provisão para imposto de renda e contribuição social**

A provisão para imposto de renda e contribuição social é constituída sobre bases tributáveis às seguintes alíquotas:

- Imposto de renda: 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
 (Em milhares de reais)

- a R\$ 240 no exercício;
 • Contribuição social: 9% sobre o lucro tributário.

e. Passivos contingentes e obrigações legais

Os passivos contingentes são contabilizados com base nas informações dos assessores jurídicos, e no histórico de perdas referente aos valores reivindicados em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas, para processos classificados com perda provável. As obrigações legais cuja legalidade/constitucionalidade estejam eventualmente sendo discutidas judicialmente são devidamente provisionadas.

Os processos judiciais cujos riscos de perda foram classificados como possível por nossos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão nem divulgação.

f. Outras Obrigações

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias (em base "pro rata" dia) incorridas.

g. Normas e interpretações que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025

Na data de preparação dessas demonstrações financeiras, as seguintes normas e interpretações que possuem data de adoção efetiva a partir de 1º de janeiro de 2025 e ainda não foram adotadas pela Administradora são: Resolução BCB nº 352 de 23/11/2023 e normas complementares.

Em novembro de 2023, foi publicada a Resolução BCB nº 352/2023, que estabelece um novo arcabouço contábil para a classificação, mensuração e reconhecimento dos instrumentos financeiros no âmbito do Sistema Financeiro Nacional.

A nova resolução substitui normativos anteriores do Banco Central do Brasil, incluindo a Resolução CMN nº 2.682/1999, que estabelecia a metodologia para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, e as Circulares BCB nº 3.068/2001 e nº 3.082/2003, aplicáveis à contabilização de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

A resolução BCB nº 352/23 estabelece às instituições financeiras avaliem seus instrumentos financeiros e as classifiquem e mensurem conforme as regras de negócio estipulada para cada ativo e passivo financeiro. Entre outros aspectos a resolução requer que as instituições mensurem suas provisões para créditos de liquidação duvidosa com base em conceito de perda esperada, sem a necessidade de aguardar eventual inadimplência, tornando a provisão mais precisa em relação às futuras perdas que a instituição venha a verificar em períodos subsequentes.

Modelo Proposto da Resolução BCB nº 352/23 e normas correlatas

Os principais aspectos que contém a nova normativa são:

Classificação de Instrumentos Financeiros

O critério de classificação dos Ativos Financeiros dependerá tanto do modelo de negócio para sua gestão, bem como as características dos fluxos de caixa contratuais, visando identificar especificamente se este atende ao critério de "somente principal e juros" (SPPJ). Com base no supracitado, o ativo será classificado como:

i) **Custo Amortizado:** aplicável quando o modelo de negócios visa obter os fluxos de caixa contratuais e esses fluxos consistem exclusivamente no pagamento de principal e juros.

ii) **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** utilizado quando o modelo de negócios objetiva tanto a obtenção dos fluxos de caixa contratuais quanto a venda dos ativos, desde que os fluxos de caixa sejam exclusivamente pagamentos de principal e juros.

iii) **Valor Justo por meio do Resultado (VJR):** adotado quando o modelo de negócios foca na negociação dos ativos ou quando os fluxos de caixa não correspondem apenas a pagamentos de principal e juros.

As designações existentes de ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado foram mantidas e não houve novas designações. Os ativos financeiros cujos fluxos de caixa foram modificados (sem baixa) tiveram seu valor contábil bruto recalculado, de acordo com os requerimentos da BCB nº 352/23, e os efeitos da modificação foram reconhecidos no resultado.

Com relação aos passivos financeiros, a classificação continua essencialmente sem alterações relevantes em relação à norma atual.

Os impactos relacionados a adoção da Resolução quanto a classificação dos ativos e passivos financeiros estão apresentados na seção abaixo.

Considerando as modalidades de operações realizadas pela Administradora não há custos de transação, originação, tarifas ou comissões que compoñham a formação da taxa efetiva de juros, uma vez que a Administradora não possui operações de crédito, conforme previsto na referida Resolução.

Modelo de impairment por risco de crédito

A Resolução BCB nº 352/23 institui que um novo conceito para apuração da provisão para devedores duvidosos onde conforme o enquadramento segmento prudencial, as instituições financeiras devem adotar a metodologia completa ou simplificada para perda. Em razão de a Administradora estar enquadrada no segmento S4, a metodologia a ser aplicada é a simplificada.

Dentro dos critérios estabelecidos para mensuração da provisão para perdas esperadas, devem ser consideradas a perda incorrida dos instrumentos financeiros, conforme o tipo de carteira e os percentuais definidos pela resolução para operações adimplidas e inadimplidas, conforme orientação da Resolução nº 352/23, art. 76.

Atualmente, as perdas por imparidade são reconhecidas se, e somente se, existir evidências objetivas de perda no valor recuperável dos ativos, como resultado de um ou mais eventos de perda ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e esse evento de perda tem um impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros previstos do ativo que podem ser estimados de forma confiável.

Sob o padrão atual, as perdas incorridas são medidas através de informações razoáveis e suportáveis sobre eventos passados e condições atuais. De acordo com a Res. BCB nº 352/23, as perdas deverão ser mensuradas através da aplicação dos fatores percentuais de perda incorrida, segregados aos tipos de carteira (C1 a C5) a serem contados a partir do inadimplimento. Adicionalmente, as Instituições Financeiras deverão constituir, para as operações adimplidas e inadimplidas, provisão adicional, conforme expediente da referida Resolução, seguindo os critérios estabelecidos no anexo II da referida Resolução.

Perímetro de Aplicação

O modelo de impairment de Ativos Financeiros definido pela Resolução BCB nº 352/23 tem escopo de aplicação mais amplo do que o modelo de perda atualmente utilizado, aplicando-se sobre os Ativos Financeiros classificados nas categorias "custo amortizado", sobre os instrumentos de dívida classificados na categoria "valor justo através de outros resultados abrangentes", bem como riscos e compromissos contingentes.

Quanto aos Ativos Financeiros classificados na categoria "valor justo por meio do resultado", para fins de avaliação das perdas esperadas no contexto da Resolução BCB nº 352/23, são consideradas as seguintes definições:

i) Derivativos, instrumentos patrimoniais e ativos classificados a valor justo por meio do resultado (VJR) a nível 1 de hierarquia de valor justo, exceto títulos privados, não fazem parte do escopo de perdas esperadas, conforme Resolução BCB nº 352/23, Art.1º, §4º, inciso II; e

ii) Ativos classificados a valor justo pelo resultado (VJR) e não incluídos no item "a" fazem parte do escopo de perdas esperadas, sem a necessidade de segregação do componente de perdas esperadas, exceto atraso superior a noventa dias.

Definição de Ativo Problemático

A Resolução BCB nº 352/23 estabelece que um ativo é denominado com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) quando ocorrer atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou de encargos; ou indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais.

A Administradora possui valores a receber referente a taxa de administração dos grupos de consórcios. Esta taxa de administração se enquadra como um instrumento financeiro e é objeto de avaliação da perda esperada. Quando os modelos de perda indicarem que um ativo se torna problemático, sejam por aspectos qualitativos quanto quantitativos, o reconhecimento de receita é cessado.

Baixa de Ativo Financeiro

Conforme requerido pela Resolução BCB nº 352/23, um ativo financeiro deve ser baixado nos seguintes cenários:

- Os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expirarem; ou
- O ativo financeiro for transferido e a transferência se qualificar para a baixa.

O critério de baixa definido pela Administradora, segue o mesmo modelo do Banco Honda S.A., sendo considerado o write-off (período de reconhecimento de não-recuperação do valor) em doze meses (360 dias), sendo três meses de atraso mais nove meses até o lançamento da prejuízo.

Hedge Accounting

Os requisitos de *Hedge Accounting* estabelecem a representação, nas demonstrações financeiras, do efeito da gestão de riscos de uma Companhia no que tange à utilização de instrumentos financeiros para gestão das exposições que afetam os resultados da entidade.

Ressalta-se que as operações de hedge devem ser reclassificadas a partir de 1º de janeiro de 2027 para as novas categorias descritas abaixo:

- Hedge de valor justo;
- Hedge de fluxo de caixa;
- Hedge de investimento líquido no exterior.

No momento, a Administradora não utiliza *hedge accounting* devido à natureza de seu modelo de negócios, focado na gestão dos recursos do grupo e na administração dos fundos comuns dos consorciados, em vez de enfrentar riscos relacionados a flutuações de mercado.

Impactos Estimados da Adoção das Novas Normas

Não tivemos impactos estimados dos novos normativos frente as demonstrações financeiras na data-base de 31/12/2024 conforme quadro abaixo:

Patrimônio líquido antes dos ajustes estimados provenientes da adoção da Resolução BCB nº 352/23 - 31/12/2024	2.082.001
Efeito da adoção inicial Resolução BCB nº 352/23	-
Patrimônio líquido após ajustes da Resolução BCB nº 352/23 - 01/01/2025	2.082.001

h. Resultados recorrentes e não recorrentes

As práticas contábeis para definição dos resultados recorrentes e não recorrentes foram efetuadas conforme Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, a qual, define as prerrogativas de descrição e evidenciação nas demonstrações financeiras das instituições. Assim, foram considerados os seguintes critérios para resultados não recorrentes:

- Não estar relacionado ou estar relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição;
- Não estar previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

(ii) Dos grupos de consórcio

I. Aplicações financeiras

Representam os recursos disponíveis e outros créditos ainda não utilizados pelos grupos e inclui também os saldos dos grupos encerrados, aplicados segundo determinações do BACEN. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados diariamente ao fundo comum, fundo de reserva de cada grupo e aos créditos vinculados para a aquisição de bens.

Os saldos das aplicações financeiras englobam os rendimentos e as variações monetárias auferidos, ajustados ao valor de mercado ou de realização quando aplicável.

Os rendimentos decorrentes dessas aplicações financeiras são atribuídos aos grupos por meio de um rateio diário, proporcional à participação de cada grupo no total das receitas.

Tipos de Grupos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023:

	2024	2023
Quantidade de grupos ativos.....	3.313	3.101
Quantidade de grupos encerrados remanescentes	180	188

II. Outros créditos

Representam predominantemente os valores a receber de consorciados já contemplados, registrados pelos valores de realização.

III. Outras obrigações

Representam as obrigações dos grupos de consórcio registradas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidas dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas quando aplicável como segue:

	2024	2023
Obrigações com consorciados	4.101.829	3.326.914
Valores a repassar	250.221	212.209
Obrigações por contemplações a entregar	2.161.149	1.964.083
Recursos a devolver aos consorciados	1.184.792	1.015.560
Recursos do Grupo	705.537	542.861
Outras obrigações com a Administradora	60	23

IV. Provisão mensal de recursos a receber de consorciados e recursos mensais a receber de consorciados

Demonstram a previsão de recebimentos de contribuições (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados, inclusive os em atraso, para o mês seguinte ao do encerramento das demonstrações financeiras, deduzidos de taxa de administração e do prêmio de seguro, com base no valor do crédito vigente na data das demonstrações financeiras.

V. Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições e Valor dos bens ou serviços a contemplar

Referem-se às contribuições (fundo comum e fundo de reserva) devidas pelos consorciados ativos até o final dos grupos.

O Valor dos bens ou serviços a contemplar correspondem aos valores dos créditos a serem contemplados em assembleias futuras, calculados com base no valor do crédito vigente na data das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
 (Em milhares de reais)

Informações de grupos:

	2024	2023
Quantidade de grupos em andamento.....	3.491	3.289
Quantidade de bens entregues acumulados.....	1.110.890	1.002.638
Taxa inadimplência.....	15,54%	13,83%
Quantidade cotas ativas acumuladas.....	2.207.774	1.984.077
Quantidade cotas canceladas acumuladas.....	2.101.004	2.027.158
Quantidade de bens pendentes de entrega acumulado.....	1.096.884	981.439
	2024	2023
Quantidade de bens entregues no período.....	432.746	417.882
Quantidade cotas subscritas e ativas no período.....	821.191	740.005
Quantidade cotas canceladas no período.....	735.206	668.032

VI. Demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos
 Apresenta os recursos coletados e utilizados a valores históricos.

Recursos coletados

Representam os recursos coletados dos grupos de consórcio e os rendimentos financeiros deles decorrentes.

O valor da contribuição mensal para aquisição de bens recebida dos participantes dos grupos é composto por:

- Valor do bem adquirido;
- Taxa de administração;
- Fundo de reserva;
- Seguro.

Estes valores são apurados conforme o percentual de pagamento mensal estabelecido de acordo com o prazo de duração dos grupos. O fundo de reserva destina-se a cobrir eventuais insuficiências de caixa de cada grupo, conforme previsão contratual. O saldo remanescente dos recursos do fundo de reserva de cada grupo é distribuído aos consorciados participantes no encerramento do grupo.

Recursos utilizados

Representam os pagamentos realizados pelos grupos para:

- Entrega de bem;
- Repasse de taxa de administração;
- Repasse de prêmio de seguro;
- Devoluções e distribuição de valores remanescentes de fundo de reserva.

4. Caixa e equivalentes de caixa – Administradora

Na demonstração dos fluxos de caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2024	2023
Disponibilidades		
Contas correntes bancárias.....	195	81
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		
Certificados de depósito bancário.....	34.368	1.183
Total	34.563	1.264

Referem-se a operações com prazo igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

5. Títulos e valores mobiliários – Administradora

Referem-se a certificados de depósitos bancários, com possibilidade de resgate antecipado e a aplicações em fundos de investimento em cotas de renda fixa, tendo como origem principalmente os recursos não procurados, conforme a seguinte disposição:

	2024	2023
Disponível para Venda		
Certificados de depósito bancário.....	1.854.304	1.452.903
De 91 a 180 dias.....	51.942	113.372
De 181 a 360 dias.....	229.161	303.218
Acima de 360 dias.....	1.573.201	1.036.313
Cotas de fundo investimento	122.546	120.519
Total	1.976.850	1.573.422

Em 31 de dezembro de 2023 a Administração reavaliou a classificação dos títulos e valores mobiliários e realizou a reclassificação da categoria "mantido para negociação" para a categoria "disponível para venda" para melhor alinhamento com a política, conforme estabelece a Circular nº 3.068 do BACEN, não havendo impacto em resultado e patrimônio líquido no momento da reclassificação.

6. Rendas a receber

	2024	2023
Composição das rendas a receber da Administradora:		
Taxa de administração.....	24.180	18.864
Outros valores a receber.....	3.179	1.770
Total	27.359	20.634

7. Impostos a Diferir

Referem-se aos impostos sobre taxa de administração e comissão a diferir, conforme a seguir:

	2024	2023
ISS.....	19.063	13.530
COFINS.....	72.441	51.416
PIS.....	15.727	11.163
Total	107.231	76.109

8. Despesas Antecipadas

A composição das despesas antecipadas da Administradora está representada conforme a seguir:

	2024	2023
Comissões e despesas de lance a diferir.....	1.177.170	897.584
Outras despesas antecipadas.....	1.153	1.150
Total	1.178.323	898.734

9. Imobilizado

A composição e a movimentação do ativo imobilizado estão representadas conforme a seguir:

	Instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de informática	Imobilização em Curso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2	1.372	25	2.216	7	3.622
Adições.....	-	110	222	1.314	454	2.100
Transferências.....	-	9	-	634	(9)	634
Baixas.....	-	(3)	(21)	(16)	(452)	(492)
Depreciação no exercício.....	(2)	(168)	(5)	(895)	-	(1.070)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	1.320	221	3.253	-	4.794

	Instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de informática	Imobilização em Curso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	1.320	221	3.253	-	4.794
Adições.....	-	9	195	1.002	228	1.434
Transferências.....	-	-	-	15	(15)	-
Baixas.....	-	-	-	(13)	(213)	(226)
Depreciação no exercício.....	-	(173)	(48)	(1.116)	-	(1.337)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	1.156	368	3.141	-	4.665

10. Intangível

A composição e a movimentação do ativo intangível estão representadas conforme a seguir:

	Software	Outros Intangível em Andamento	Sistema DPD	Licenças Direito Uso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4	6.173	18.177	259	24.613
Adições.....	-	10.309	-	-	10.309
Transferências.....	363	(8.566)	7.535	34	(634)
Baixas.....	-	(381)	-	-	(381)
Amortização.....	(62)	-	(7.421)	(145)	(7.628)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	305	7.535	18.291	148	26.279

	Software	Outros Intangível em Andamento	Sistema DPD	Licenças Direito Uso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	305	7.535	18.291	148	26.279
Adições.....	-	10.849	-	-	10.849
Transferências.....	63	(3.078)	3.016	-	1
Baixas.....	-	(231)	-	-	(231)
Amortização.....	(74)	-	(7.084)	(101)	(7.259)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	294	15.075	14.223	47	29.639

11. Recursos a devolver

Refere-se essencialmente a recursos correspondentes a saldos não reclamados de cotistas de grupos encerrados contabilmente que passaram a ser geridos pela Administradora na forma disposta pela Circular nº 3.432/09 do BACEN e Lei 11.795/08. O saldo dos referidos recursos encontra-se aplicado em fundos de investimento.

	2024	2023
Qtde de Grupos Encerrados Contabilmente.....	37.730	37.144
Saldos de Grupos Encerrados Contabilmente a Devolver.....	122.713	120.061

A partir de janeiro de 2022 os saldos a devolver para grupos encerrados contabilmente após início da Lei nº 11.795/2008 passaram a ser controlados em contas de compensação. Conforme a Resolução BCB nº 156, de 19 de outubro de 2021, apenas os recursos não procurados dos grupos de consórcios encerrados antes de 2008, aplicados pela administradora de consórcios e que ainda não foram resgatados pelos consorciados, permanecem reconhecidos contabilmente. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de recursos não procurados registrados em contas de compensação correspondem a R\$ 206.958 (R\$ 174.053 em 31 de dezembro de 2023).

12. Passivos contingentes e obrigações legais

A Administradora possui ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, cíveis e outros assuntos, como segue:

	2024	2023
Contingências cíveis.....	24.086	43.460
Contingências Trabalhistas.....	97	176
Contingências fiscais.....	17.022	11.788
Total das contingências	41.205	55.424

a. Movimentação dos processos

	2023 Saldo Inicial	2024 Adição/Atualização	2024 Utilização	2024 Reversão	2024 Saldo final
Contingências cíveis (i).....	43.460	16.962	(20.347)	(15.989)	24.086
Contingências Trabalhistas.....	176	12	(91)	-	97
Contingências fiscais (ii).....	11.788	5.234	-	-	17.022
Saldos	55.424	22.208	(20.438)	(15.989)	41.205

(i) Contingências cíveis

- Referem-se a ações contrárias movidas contra a Administradora, que tem como objeto discutir produtos, serviços e relações contratuais. A maioria dos processos tem cunho indenizatório (dano moral e material) e revisão de contratos de consórcio, sendo em sua maior parte, do juizado especial cível, e, portanto, limitados a 40 salários mínimos.

Causas possíveis

A Administradora é parte passiva em processos cíveis que discutem a nulidade de determinadas cláusulas contratuais cujos riscos de perdas, classificados como possível, foram estimados em R\$ 132.119 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 112.233 em 31 de dezembro 2023).

(ii) Contingências fiscais

Referem-se as ações tributárias movidas pela Administradora que tem como objeto discutir as bases de cálculo do PIS e COFINS.

Causas possíveis

A Administradora possui processos fiscais referente principalmente a cobrança de créditos sobre insumos descontados na apuração de PIS e COFINS, cujos riscos de perdas foram classificados como possível no valor de R\$ 155.756 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 151.285 em 31 de dezembro 2023), sendo R\$ 154.768 discutidos na esfera administrativa e R\$ 988 em discussão na esfera judicial.

13. Rendas Antecipadas

Refere-se a taxa de administração recebidas antecipadamente a diferir, conforme a seguir:

	2024	2023
Taxa de Administração a Diferir.....	953.167	676.522
Total	953.167	676.522

14. Outras obrigações - diversos

Refere-se a valores a pagar para terceiros em sua maioria por serviços contratados, comissões e pagamentos para empresas do grupo Honda.

	2024	2023
Contas a pagar.....	7.624	12.895
Provisão para pagamentos às concessionárias.....	43.356	35.438
Valores a pagar a sociedades ligadas.....	14.354	13.051
Outras.....	9.763	767
Total	75.097	62.151

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)**15. Imposto de renda e contribuição social****a. Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social**

	Exercício findo em 31/12/2024		Exercício findo em 31/12/2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação	698.074	698.074	729.605	729.605
Adições:				
Contingências cíveis/trabalhistas	16.867	16.867	20.226	20.226
Contingências fiscais	5.234	5.234	32.413	32.413
Rendas antecipadas	273.528	273.528	337.746	337.746
Outras Adições	65.627	65.627	45.652	45.652
Exclusões:				
Contingências cíveis/trabalhistas	(36.319)	(36.319)	(19.355)	(19.355)
Contingências fiscais	(4.724)	(4.724)	(134.366)	(134.366)
Despesas antecipadas	(310.709)	(310.709)	(379.799)	(379.799)
Outras Exclusões	(55.879)	(55.879)	(41.602)	(41.602)
Valor base para tributação	651.699	651.699	590.520	590.520
Alíquota base	97.755	58.653	88.578	53.146
Alíquota adicional	65.145	-	59.028	-
Incentivo	(1.160)	(418)	(1.514)	(545)
PAT	(12)	-	(10)	-
Impostos do exercício	161.728	58.235	146.082	52.601

b. Demonstrativo da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	2024		2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
IRPJ e CSLL devidos do exercício	161.728	58.235	146.082	52.601
Realização do crédito tributário diferido	39.320	14.155	93.838	33.782
Constituição do crédito tributário diferido	(27.298)	(9.827)	(58.820)	(21.175)
Total do IRPJ e da CSLL do exercício	173.750	62.563	181.100	65.208
Os créditos tributários e o passivo fiscal diferido são reconhecidos considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, baseado em estudo técnico, que considera as expectativas da administração quanto à realização dos referidos créditos, projeções orçamentárias da instituição e indicadores econômico-financeiros. O valor presente dos créditos tributários representa um montante de R\$ 26.829 e o passivo fiscal diferido um montante de R\$ 93.606 em 31 de dezembro de 2024, considerando-se a taxa Selic de 8,80% ao ano.				

c. Realização dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro de 2024

	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	Total
Imposto de renda								
Adições temporárias:								
Contingências	3.534	5.564	553	205	131	110	244	10.341
Provisão para pagamentos às concessionárias	10.835	-	-	-	-	-	-	10.835
Outros	1.041	-	-	-	-	-	-	1.041
Total	15.410	5.564	553	205	131	110	244	22.217
Contribuição social								
Adições temporárias:								
Contingências	1.272	2.003	199	74	47	39	88	3.722
Provisão para pagamentos às concessionárias	3.901	-	-	-	-	-	-	3.901
Outros	375	-	-	-	-	-	-	375
Total	5.548	2.003	199	74	47	39	88	7.998
Total de créditos tributários								
	20.958	7.567	752	279	178	149	332	30.215
	69%	25%	2%	1%	1%	1%	1%	100%

d. Realização do passivo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro de 2024

	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	Total
Imposto de renda								
Adições temporárias:								
Resultado Diferido	(27.376)	(17.016)	(14.292)	(12.601)	(8.479)	(5.156)	(961)	(85.881)
Contribuição Social								
Adições temporárias:								
Resultado Diferido	(9.855)	(6.126)	(5.145)	(4.536)	(3.052)	(1.856)	(346)	(30.916)
Total de passivo fiscal diferido	(37.231)	(23.142)	(19.437)	(17.137)	(11.531)	(7.012)	(1.307)	(116.797)
	32%	20%	16%	15%	10%	6%	1%	100%

As realizações do total de créditos tributários foram estimadas de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros e passivo fiscal diferidos foram estimadas de acordo com expectativa de desfechos das ações para contingências provisionadas e o reconhecimento do diferimento de receitas e despesas mediante a satisfação de obrigação de performance.

16. Patrimônio líquido**a. Capital Social**

O capital social da Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda., está representado por quotas de R\$ 1,00 cada uma. A distribuição dos lucros é efetuada por decisão expressa dos quotistas na proporção de suas quotas.

	2024	2023
Quantidade de Quotas do Capital Social	4.600	4.600

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, limitado a até 20% do Capital Social (Resolução BCB nº 66).

c. Dividendos

Conforme contrato social da Administradora Consórcio Nacional Honda Ltda., os lucros terão a destinação que lhes for dado pelos sócios. A distribuição de lucros poderá ser feita sem omissão à participação dos sócios no capital próprio. Além da distribuição de lucros mencionada acima, a sociedade poderá ainda, a qualquer momento, declarar pagamento de juros sobre capital próprio, nos termos da legislação em vigor.

A sociedade por deliberação dos sócios, poderá levantar balanço intermediário e distribuir entre eles o lucro então apurado, assim como distribuir lucros acumulados.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não efetuamos a distribuição de dividendos. No mesmo período de 2023 foram distribuídos R\$ 67.000.

17. Transações com partes relacionadas

a. A controladora direta da Administradora é a empresa Honda South América Ltda., sendo a controladora final a Honda Motors Co. com sede no Japão. As transações com partes relacionadas restringem-se a prestação de serviços administrativos, utilização de bens imóveis e aplicações CDB junto ao Banco Honda, todos devidamente suportados por contratos entre as partes, controladas pela mesma controladora da empresa.

	2024		2023		2º Semestre de 2024		2024		2023	
	Ativo	Pas-sivo	Ativo	Pas-sivo	Re- ceita	(Des- pesa)	Re- ceita	(Des- pesa)	Re- ceita	(Des- pesa)
Moto Honda da Amazônia Ltda. (coligada)	-	2.000	-	1.707	-	(11.683)	-	(19.904)	-	(21.990)
Honda Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (coligada)	-	-	7	-	-	-	20	-	84	-
Corretora de Seguros Honda Ltda.	10	-	-	-	-	-	86	-	-	-
Honda Serviços Ltda. (coligada)	-	12.354	14	11.344	-	(91.779)	42	(150.427)	168	(103.924)
Banco Honda S.A. (coligada)	653.265	-	493.162	-	31.115	-	60.653	-	55.035	-

b. Não existe previsão de pagamento de remuneração variável aos administradores vinculados ao desempenho da empresa. Os administradores recebem remuneração fixa ou gratificações exclusivamente.

18. Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

Composição das receitas de títulos e valores mobiliários da Administradora:

	2º Semestre 2024	2024	2023
Certificados de depósito bancário	96.254	179.184	161.622
Cotas de fundo investimento	18.089	34.676	35.442
Total	114.343	213.860	197.064

19. Despesas Tributárias

Composição das despesas tributárias da Administradora:

	2º Semestre 2024	2024	2023
ISS	(20.499)	(38.756)	(68.885)
COFINS	(84.957)	(160.665)	(129.354)
PIS	(18.195)	(34.414)	(27.653)
Outros	(52)	(214)	(78)
Total	(123.703)	(234.049)	(225.970)

20. Outras informações

a. As aplicações financeiras da demonstração consolidada dos recursos de consórcio referem-se a aplicações em fundos de investimento de renda fixa.

	2024	2023
Saldo Aplicado de Grupos de Consórcio em Andamento	3.234.761	2.551.420

b. Composição das despesas administrativas da Administradora:

	2º Semestre 2024	2024	2023
Despesas Serviços Terceiros	660.457	1.250.145	918.756
Despesas Financeiras	26.985	52.742	49.652
Despesas Comunicações	4.492	9.587	14.243
Despesas Comerciais	22.195	50.811	27.977
Outras Despesas Administrativas	26.655	53.054	66.227
Total Despesas Administrativas	740.784	1.416.339	1.076.855

c. Composição de Outras Receitas Operacionais da Administradora:

	2º Semestre 2024	2024	2023
Reversão de provisões	27.613	42.271	153.721
Multa Compensatória	31.795	60.358	57.139
SIRCOF	62.109	122.695	109.455
Outros	129	284	11.342
Total Outras Receitas Operacionais	121.646	225.608	331.657

d. Composição de Outras Despesas Operacionais da Administradora:

	2º Semestre 2024	2024	2023
Provisões ações cível	7.389	16.855	20.191
Indenização ações contrárias	3.744	7.788	8.131
Outros	2.071	4.752	2.136
Total Outras Despesas Operacionais	13.204	29.395	30.458

e. Demais informações

Durante os exercícios de 31 de dezembro de 2024 e 2023, a instituição não operou com saldos de instrumentos financeiros derivativos.

f. Resultados recorrentes e não recorrentes
Atendendo às alterações exigidas pela Resolução BACEN nº 2/20, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os resultados divulgados pela Administradora são recorrentes, exceto para reversão da provisão do ISS que ocorreu no 1º semestre de 2023 no valor de R\$ 131.633, não houve resultados não recorrentes no exercício de 2024.

A DIRETORIA

Rodrigo Noboru Gondo - Diretor Presidente

Arata Ichinose - Diretor Executivo

Masaichi Kobayashi - Diretor

Fabio Luiz Lourenço Favaron - Diretor

CONTADOR - José Mauro do Carmo - CRC 1SP168947/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da

Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. (Administradora ou Instituição), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, as demonstrações consolidadas de recursos de grupos de consórcios em 31 de dezembro de 2024 e das variações das disponibilidades de grupos de consórcios para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Administradora em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcio em 31 de dezembro de 2024 e as variações consolidadas das disponibilidades de grupos de consórcios para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações

financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2025



KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Mark Suda Yamashita

Contador CRC SP-271754/O-9